

O ESPANTALHO FASCISTA DOS ANTIFASCISTAS E A LUTA CONTRA AS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS

Guilherme Bachmann¹

A questão do combate ao fascismo volta a ser pauta generalizada após inúmeros acontecimentos, o que vem acirrando os nervos de diversos setores dos blocos sociais². A pandemia e a queda da taxa de lucro médio já demonstravam a tendência de uma maior animosidade entre classes, blocos sociais, partidos etc. Este cenário gera uma tensão crescente, em especial entre o proletariado e demais classes inferiores, os quais ao longo dos sucessivos governos democráticos estão assistindo a piora cada vez maior de suas condições de vida (corrosão de direitos trabalhistas, arrocho salarial, etc.).

Como se não bastasse, num contexto marcado por tal situação desesperadora, nos deparamos com um governo cujos discursos são marcados não pela conciliação, mas pela continuidade e insistência (até suas últimas consequências) na polarização, agora entre governistas e não-governistas. Assim, a aparência comedida que tanto caracterizava a burocracia governamental parece não mais existir: o presidente não mascara seu desprezo pelas classes inferiores (sobretudo em se tratando do lumpemproletariado) e sim o escancara. Tal postura causa espanto, revolta e exalta os ânimos de indivíduos e setores influenciados pelas correntes de opinião e representações produzidas pelo capital comunicacional e pela ação do bloco progressista. Não é absurdo imaginar que se o governo moderasse o discurso a revolta seria menor, ainda que fossem mantidas as mesmas políticas.

As organizações de esquerda por todo o país retomam velhos discursos e ações já bem conhecidos pela história e cujos resultados são bem traçados. As frentes antifascistas começam a ganhar corpo no discurso político partidário brasileiro reforçadas pela ideologia burocrática. Os partidos e sindicatos uma vez mais tentam alçar-se sobre o proletariado desavisado para atingir seus objetivos. Como tantas vezes

¹ Graduando em psicologia pela Unisociesc Blumenau/SC e militante do MOVAUT (Movimento Autogestionário). E-mail: bachgui@gmail.com

² Os blocos sociais são determinadas formas mais organizadas e conscientes de parcelas de classes sociais distintas que possuem programas e interesses comuns. Gravitam em torno do conflito das duas classes fundamentais (proletariado e burguesia) mas não devem ser confundidos com as mesmas. A respeito dos blocos sociais e da dinâmica da luta de classes confira Viana (2015).

na história buscam colocar revolução e democracia no mesmo patamar, uma estratégia que em última instância sempre irá resultar em frutos positivos para a segunda em detrimento da primeira.

O objetivo deste texto é traçar um breve paralelo entre o “antifascismo” que surge hoje no Brasil em oposição a Bolsonaro e o “antifascismo” ao longo da história. Demonstrar que, ao menos para aqueles que partem da perspectiva revolucionária, não há possibilidade de unidade de ação com as frentes antifascistas, unidades democráticas, frentes de esquerda, etc. Há que se superar o sentimentalismo reinante que joga os indivíduos à defesa de sua própria escravidão.

O “antifascismo” Brasileiro

Agora novamente se fala em defender a democracia. Os social-democratas elegeram esta máxima como a salvação da humanidade, o triunfo supremo da civilização. Os leninistas a defendem como um melhor caminho para realizar sua tomada do estado. Os anarquistas cambaleiam tentando defendê-la enquanto tentam ter o mínimo de concordância com seus ideais anti-estatistas. Juntam-se todos a defender a democracia contra o “fascismo”. O antifascismo é esse agrupamento político que aglutina parcela da classe proletária e do bloco revolucionário³ para dentro de uma ação conservadora. É orquestrado e tocado pelas mesmas figuras carimbadas ao longo da história e seus resultados já são dados.

Durante a guerra civil espanhola, para citar um grande exemplo histórico de “unidade antifascista”, parte do proletariado se viu subjugado às ordens da organização “revolucionária” mais proeminente, a CNT, que sem abandonar o discurso anarquista tentava convencer seus membros e a classe operária de uma necessidade histórica de defesa da ordem democrática. O momento seria de união com a social-democracia contra o fascismo franquista. Os dirigentes anarquistas não pestanejaram em compor o governo instaurado em oposição à Espanha de Franco. Semana após semana, as

³ O bloco revolucionário é formado pelos indivíduos mais avançados do proletariado e membros de outras classes sociais (geralmente as classes desprivilegiadas) que aderem ao projeto revolucionário do proletariado. (VIANA, 2015)

organizações anarquistas, CNT e FAI (Confederação Nacional do Trabalho e Federação Anarquista Ibérica), lançariam boletins ordenando o proletariado a abandonar o front, auxiliar no estabelecimento da ordem e recuar nos seus objetivos históricos (MATTICK, 2016; GIKH, 2014).

O antifascismo é essencialmente uma aliança de diversos setores sociais com hegemonia política do bloco progressista⁴ e de suas organizações em oposição aos setores mais conservadores da sociedade. Na maioria das vezes não há fascismo a ser combatido, apenas um grupo conservador mais ou menos organizado que possui um discurso “autoritário”. O fascismo é produto de determinadas condições sociais e possui características próprias bem definidas que vão além de um simples apelo ao exército e à autoridade nacional. Fosse assim, qualquer regime minimamente autoritário poderia ser denominado de fascista. E este é de fato o significado que nos últimos tempos tem se dado a palavra:

Significando tudo e nada, a palavra foi perdendo significado a partir do momento em que os liberais de todos os países passaram a identificar todo e qualquer Estado forte como fascista. [...] O termo “fascista” é ainda menos relevante nos países capitalistas desenvolvidos, onde os partidos comunistas e socialistas pretendem desempenhar um papel central no futuro. No discurso esquerdista, Estado “fascista” é todo aquele que reage contra o movimento revolucionário. Ora, neste caso, é muito mais correto falar de Estado pura e simplesmente e deixar o fascismo fora disso (BARROT, 2015, pg. 125-126).

Não interessa o quão grosseiros são os modos de nosso presidente, nem o quanto ele exalta ditaduras formalizadas; são as características concretas das relações sociais no Brasil, como a luta de classes e a posição do país na divisão do capital internacional, que podem revelar se de fato há um regime fascista vigente ou prestes a ser instaurado. No caso brasileiro, é um cenário bem pouco provável:

Um fascismo no Brasil é algo quase impossível. O fascismo é um fenômeno que surge em momentos de crise de um regime de acumulação ou do capitalismo e nos países imperialistas. Ele é a antecâmara da guerra, uma arma do imperialismo. Logo, o fascismo surge em países imperialistas ou potencialmente imperialistas. É sua característica ser não apenas nacionalista, mas imperialista, integral e totalitário. Na América Latina existiram ditaduras,

⁴ O bloco progressista constitui-se principalmente de camadas da burocracia e intelectualidade, geralmente as inferiores, que almejam alcançar o poder de estado e tem por objetivo reformar a sociedade atual: “Esses estratos acabam tornando-se insatisfeitos com sua situação social e por isso esboçam uma autonomização, dentro dos limites permitidos pela situação de uma classe auxiliar, gerando uma posição política que não se alinha totalmente com o bloco dominante.”(VIANA,2015, pg. 24)

mas não fascismo. E a razão disso é que a América Latina é composta por países de capitalismo subordinado, possuindo uma burguesia subordinada ao capital transnacional e ela não pode se livrar dele, e nem é seu interesse (VIANA, 2018).

Ocorre no Brasil uma resistência organizada contra a fração mais conservadora do bloco dominante que encontra-se neste momento na posse do poder de estado, mais especificamente contra a figura de Jair Bolsonaro. Esse é o cenário “antifascista” brasileiro, combater politicamente o presidente eleito, seja pedindo novas eleições ou um simples *impeachment*. Tal demanda é tocada pelo bloco progressista que possui, entre outros, o interesse de retomar seu espaço na administração estatal que foi perdido desde o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Trata-se, uma vez mais, de disputas internas de frações da classe burguesa e burocrática que querem fazer valer seus interesses específicos. Não há, neste horizonte, uma realização dos interesses revolucionários, não importando se estes compõem e colaboram com o antifascismo.

Não é de se espantar que grande parte da classe operária, demais classes inferiores e parcelas das classes auxiliares, como e especialmente a intelectualidade, estejam revoltadas com os dizeres e ações repulsivos do governo e do presidente. Também não surpreende que essa revolta esteja sendo direcionada para a defesa da democracia, pois o discurso democrático é o discurso da garantia de direitos, do respeito, da “*égalité fraternité liberté*”⁵. Parcelas significativas de diversas classes sociais percebem este discurso como possibilidade concreta de realização: “Hoje está ruim porque fascistas comandam o país, quando líderes democráticos assumirem as coisas irão melhorar. Quando reina a democracia, reina a liberdade”.

Junto da defesa da democracia estão as frentes democráticas e “antifascistas”, organizações políticas ou um conjunto delas que teriam o propósito de representar o interesse democrático da população. Tais frentes são compostas por organizações burocráticas, sobretudo partidos e sindicatos tutelados pelo bloco progressista. Formam um leque variado de políticos “de esquerda” e “de direita” que almejam destituir o atual governo para que possam voltar a compor os quadros do Estado. Que tais indivíduos lutem por este objetivo é plenamente compreensível e não há aí qualquer contradição.

⁵ “Igualdade, fraternidade e liberdade”. Slogan utilizado durante a revolução francesa cujo conteúdo se dá na defesa de supostos direitos universais que viriam a ser garantidos pela república, em contraposição à “tirania” dos monarcas. Trata-se, historicamente, de um discurso burguês.

Para alcançar seu objetivo, entretanto, é necessário apresentar seu interesse particular como sendo o interesse universal de toda a sociedade⁶. Clamam aos revolucionários, bem como aos lumpemproletários, proletários e demais classes inferiores que abracem a luta democrática. Imploram para que se abandonem as diferenças visando lutar contra um “inimigo comum”, pois a ameaça iminente de uma ditadura totalitária colocaria em risco os interesses de classes e blocos sociais distintos. Tal ditadura, argumentam, já teria começado. Para garantir “nossos direitos” e “nossa liberdade” precisaríamos defender com unhas e dentes as instituições democráticas:

Tal inimigo sempre é evocado para se criar tais alianças e unidades. As experiências revolucionárias, tal como a Russa, Alemã, etc., já mostraram o papel contrarrevolucionário que os militantes podem prestar ao ceder a esse tipo de falsa aliança. O que se cede são os princípios revolucionários, ficando à reboque de medidas e estratégia alheias e que emperram a hegemonia proletária no interior da intensificação da luta de classes. Nas eleições brasileiras de 2018 esse processo ficou claro, a propósito da disputa entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), onde a falsa polarização burguesa aglutinou, do lado do bloco progressista, um conjunto de indivíduos e organizações anarquistas e autonomistas, que reivindicaram a unidade de esquerda com partidos liberais, socialdemocratas e leninistas para combater um suposto fascismo caso o Bolsonaro fosse eleito. Tal aliança, além de se mostrar infrutífera (já que Bolsonaro foi eleito), demonstrou a fragilidade de determinados setores do bloco revolucionário em abrir mão de seus princípios, indo à reboque não só dos interesses do bloco progressista (a qual o leninismo compõe a ala extremista deste bloco), mas da própria dinâmica institucional burguesa (democracia, conquista do Estado, etc.) (TELES, 2019, pg. 123-124).

Esta defesa não é por acaso e está atrelada ao caráter de classe das organizações que compõem tais “frentes democráticas” e “unidades antifascistas”. Em sua maioria integram o bloco progressista, embora setores do bloco dominante (em especial aqueles que foram deixados de fora do governo ou que se sentiram lesados recentemente pelo

⁶ Marx trabalha a relação de dominação de uma classe sobre outra, mas não é equivocado realizar aqui um paralelo com frações da classe dominante e suas auxiliares que disputam entre si partes específicas do poder de Estado: “Cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias, essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos” (MARX, 1989, pg. 49).

mesmo⁷) e do bloco revolucionário⁸ também se encontrem orbitando tais movimentos. O importante aqui é que a hegemonia (das unidades antifascistas) é do bloco progressista, e historicamente sempre o foi. Engana-se aquele que romantiza o antifascismo como movimento de união entre comunistas e anarquistas radicais que lutam contra a ditadura em nome da “liberdade” ou da “igualdade”. Essa aparente radicalidade, que nestes momentos é tão propagandeada nos meios de comunicação “de esquerda”, não é mais do que apenas aparência. É o bloco progressista, em especial a ala moderada, que possui o papel mais forte neste processo, pois concretamente os objetivos traçados por este movimento são os objetivos de tais organizações (GIKH, 2014). No final quem sempre acaba fortalecido é o capital, seja pela manutenção da “democracia liberal” ou pela instauração de uma “ditadura” (fascista ou não).

Democracia e Burocracia

Os partidos e sindicatos formam o grosso das organizações que, ao menos no século XX e XXI, colocam a pauta da defesa da democracia como interesse geral da “classe trabalhadora”. Mais uma vez trata-se de apresentar interesses particulares como interesses universais. Os partidos e sindicatos são organizações burocráticas e, como tais, são geridos pela burocracia. A burocracia é uma classe social auxiliar⁹ específica do capitalismo que em determinadas condições históricas busca se autonomizar e constituir interesses próprios, embora esteja atualmente subordinada aos interesses da burguesia. Possui setores cujos objetivos conflitam com os da classe burguesa e do bloco

⁷ Entre tantos episódios nosso “excelentíssimo” presidente destituiu dois ministros da saúde em pela pandemia do Sars-CoV-2, por não concordarem com a recomendação sem evidências da hidroxicloroquina, rompeu com diversos apoiadores políticos de peso como o governador de São Paulo João Dória e o governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, além de colecionar desafetos ao longo de seu mandato com a direita mais moderada, em virtude de declarações estapafúrdias tanto de sua parte como de seus ministros.

⁸ Aqui é importante ressaltar que o bloco revolucionário não é homogêneo, possui duas alas, a proletária e a semiproletária. Segundo Viana: “A ala semiproletária possui uma formação política e intelectual na maioria dos casos incipiente, caindo muitas vezes no ecletismo, no dogmatismo doutrinário, na recusa da teoria, entre outras possibilidades. Por isso a hegemonia proletária no seu interior é parcial. No plano organizacional também é incipiente, pois muitos caem no individualismo, apesar de outros formarem grupos de jovens ou grupos políticos.” (VIANA, 2015, pg. 33) É a ala semiproletária que pode se encontrar orbitando estes movimentos.

⁹ Sobre o caráter de classe da burocracia ver (VIANA, 2018), (MAIA, 2013), entre outros.

dominante, em especial aqueles mais próximos às classes inferiores (devido ao modo de vida, renda, etc.). Os partidos e sindicatos que apresentam programas em nome da classe trabalhadora se opõem aos interesses da burguesia e conseguem fazê-lo por que, pontualmente, seus interesses de fato se opõem. Assim, enquanto majoritariamente o bloco dominante, neste momento, busca um afrouxamento da legislação trabalhista, o bloco progressista combate tal objetivo. A burocracia partidária e sindical tem muito a perder com tais reformas e apresenta o combate a estas medidas como representação dos interesses das classes trabalhadoras. Mas tais objetivos pontuais da burocracia são apenas opostos aos da burguesia, e não antagônicos¹⁰.

Quando se trata de preservar a sociedade capitalista, burguesia e burocracia mantêm uma “amizade” de longa data que só foi quebrada em momentos históricos específicos. Dessa forma não surpreende que, por exemplo, a esquerda brasileira chame a “classe trabalhadora” para manifestações de rua contra o governo, no meio de uma pandemia mundial. Precisa-se derrubar Bolsonaro, afinal, e pouco interessa aos partidos que a vida dos trabalhadores seja posta em risco ao realizar essas passeatas. Incentivam tais saídas às ruas visando não a radicalização das lutas, mas sim a troca do governo. Seu objetivo último é mera troca de posições no poder executivo do Estado. Estranhamente não ocorreu aos sindicatos e as grandes centrais sindicais chamarem os operários e demais trabalhadores a realizar greves por todo o país como forma de se proteger em meio ao avanço da crise sanitária. Cinicamente pedem ao proletariado que arrisque sua vida não por seus interesses históricos, não pela revolução, mas para que se “salve” a democracia.

¹⁰ “Dois partidos políticos, um de esquerda e outro de direita, possuem divergências quanto às melhores políticas estatais a serem executadas pelo Estado. Aqui há um momento de oposição e não de antagonismo, já que apesar das divergências, há uma convergência que é a participação da disputa na democracia burguesa e da conquista do poder do Estado. O mesmo se pode dizer sobre o bloco dominante e o bloco reformista/progressista, já que apesar da competição, dos embates e disputas (oposição), o interesse geral e fundamental é o mesmo, que é a reprodução da sociedade capitalista. Assim, oposição implica uma divergência específica em meio a uma convergência geral. Uma ideia ou ação é antagônica a outra quando ambas expressam perspectivas radicalmente distintas, inconciliáveis. Uma perspectiva que aponta para a transformação social, e que um dos seus elementos fundamentais é a abolição imediata do Estado, será radicalmente distinta daquelas perspectivas que buscam conquistar o poder do Estado (tanto partidos políticos de esquerda ou de direita). O bloco revolucionário é antagônico tanto ao bloco dominante quanto ao bloco progressista/reformista, o que implica a crítica radical a essas duas tendências. Por esse ângulo, antagonismo significa uma divergência radical simultaneamente específica e geral.” (TELES, 2019, pg. 119-120)

A democracia aparece como um valor universal, quase como uma lei natural. É apresentada como a essência da justiça social, a mais elevada forma de organização política. Atualmente, tanto o bloco progressista como uma boa parcela do bloco dominante tratam como herético todo aquele que ousar questionar tal representação. Esta espécie de fetichismo¹¹ com a democracia é, obviamente, um construto burguês.¹² A defesa da democracia reforça a hegemonia burguesa, já que historicamente ela é apenas uma forma que a classe dominante tem para gerir seus interesses.

Esquecem-se, às vezes de propósito e às vezes não, que foi na democracia norte americana que George Floyd foi publicamente assassinado. Esta mesma democracia que muito antes de Trump já causou todo tipo de dominação e violência ao redor do globo e dentro de suas fronteiras. É a democracia dos países de capitalismo imperialista que, diante das necessidades e interesses do capital bélico (em especial no caso dos EUA) promovem guerras de rapina (anos 1950 Coreia; anos 1960-70 Vietnam; anos 1980-1990 Oriente Médio e América Latina; anos 1940-1990 Guerra ‘Fria’) a fim de manter sua elevada acumulação de capital. Foi na democracia (também) que o Estado brasileiro subjugou populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas¹³. Foi na democracia que se prendeu Rafael Braga por portar uma garrafa de pinho sol e se aprovou a chamada lei “antiterrorismo”¹⁴, que serve, basicamente, para reprimir de maneira mais eficiente os

¹¹ No sentido de que as relações reais e concretas que compõem o fenômeno da democracia são perdidos para uma percepção ilusória, no qual aspectos particulares e aparentes assumem a definição do termo. Assim a democracia ganha propriedades “mágicas”, quase que religiosas, onde suas características provêm não das relações sociais historicamente datadas pelos seres humanos, mas por uma essência própria e inerente à ela mesma. Faz-se aqui uma analogia com fetichismo da mercadoria, exposto por Marx no primeiro capítulo do *Capital*: “Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação social entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Isso eu chamo o fetichismo” (MARX, 1985, pg. 71).

¹² Um construto é uma “elaboração sistematizada de uma noção falsa da realidade” (VIANA, 2007). O termo tem por objetivo diferenciar-se de conceito, que seria uma expressão correta da realidade.

¹³ Destacam-se, entre tantos acontecimentos, a construção da barragem de Belo Monte e as remoções forçadas para a realização dos megaeventos esportivos (copa do mundo e olimpíadas).

¹⁴ Tanto a prisão de Rafael Braga quanto a aprovação da lei antiterrorismo curiosamente ocorreram durante o governo petista, assim como a construção de Belo Monte e as remoções forçadas

movimentos sociais que se busca criminalizar e com toda a certeza servirá para aprofundar a perseguição daqueles que ousam lutar contra o capitalismo. É na democracia que se trabalha e morre sem o direito a tomar os meios de decisão de nossas vidas. Que interesse tem o proletariado em defender a democracia? Que benefício traz ao projeto revolucionário defender as instituições burguesas? Quando se prega aos quatro ventos o evangelho da “união de esquerda” e da “frente antifascista” esconde-se o fato de que, embora alguns interesses imediatos pareçam coincidir (não é do interesse do proletariado nem dos revolucionários um regime fascista¹⁵), os objetivos concretos de tais frentes não apenas divergem daqueles dos revolucionários mas são antagônicos a eles.

Em última instância aliar-se a estas organizações é aliar-se ao projeto burguês de sociedade, pouco importa se o discurso ideológico que adotam é mais moderado e revestido de liberalismo. Pouco importa também se os membros que compõe as frentes se auto intitulam “comunistas” ou “anarquistas”. É preciso ter em mente que quando se fala em fortalecer as “instituições democráticas” se está falando em fortalecer as instituições burguesas. Quando o objetivo é defender a democracia, se está a defender a sociedade capitalista. É essa mesma sociedade que irá combater com veemência qualquer tentativa revolucionária por parte do proletariado. Da mesma forma as frentes e uniões de esquerda combatem de toda maneira qualquer postura mais radicalizada de seus membros.

Realizar a defesa da democracia burguesa é abrir mão do projeto revolucionário. Incentivar o proletariado e parte do bloco revolucionário a aderir a esta causa é trabalhar contra a superação desta sociedade, uma vez que se está trabalhando por sua manutenção. Não se trata de pensar que a classe proletária irá aderir ao projeto revolucionário em bloco de maneira imediata. Sabe-se dos limites do proletariado “em-si” (determinado pelo capital) que permanece subjugado pela ideologia burguesa,

mencionadas anteriormente. Hoje a mesma esquerda que um dia participou dessa violência de estado conclama o combate ao fascismo.

¹⁵ Importante ressaltar, novamente, que dificilmente um regime fascista se estabeleceria no Brasil, e apenas em algumas condições específicas poderia ressurgir em outros países. Normalmente, quando se fala em combater o fascismo, ou impedir o surgimento do mesmo, se está a falar de combater setores ultraconservadores ou uma forma de governo mais autoritária que a atual.

dominação e exploração de nossos tempos. Também não se trata de desconsiderar as manifestações que surgem no Brasil como meras insurgências partidárias e reformistas. No momento o que ocorre são revoltas espontâneas e organizadas sobre anseios comuns: passeatas que aglutinam os descontentes com o discurso retrógrado do presidente, demonstrações contra violência de estado por parte da população negra (que no momento pode ou não vir na esteira do “*Black Lives Matter*”), greves de setores ultraprecarizados como os entregadores de aplicativos, manifestações formais de organizações de todo o tipo contra os ataques discursivos que visam setores específicos como a população “LGBT”, os quilombolas, religiões de matrizes africanas, etc. Uma parcela significativa da sociedade está revoltada, ainda que não tenha bem em mente contra o quê. O identitarismo e o imediatismo afloram neste cenário, causando essa “diversidade” de lutas. Não se luta contra o Estado capitalista mas sim contra “o governo”, “a polícia”, “o racismo”, “a homofobia”, etc.

A posição autogestionária

No meio da turbulência política que é o cenário brasileiro atual, aliás, é difícil julgar aquele que não consegue entender contra o quê deve ficar revoltado. O governo Bolsonaro elevou o espetáculo parlamentar e político a outro nível. A vida cotidiana dos brasileiros é invadida por uma enxurrada de absurdos proferidos por todo tipo de autoridade que extrapolam os limites da “normalidade” política institucional. Tal qual um programa de televisão mal feito que apela ao ridículo para entreter os espectadores, o governo Bolsonaro explora ao máximo a audiência que a polarização partidária lhe dá ao proferir, dia após dia, asneiras das mais diversas. Fato que dá munição de sobra à esquerda para acusar o governo de fascista, uma vez que dentre os muitos absurdos ditos pelos partidários de Bolsonaro encontram-se inúmeros fragmentos de ideologias que remontam ao que há de mais atrasado nas representações ilusórias das relações sociais.

Nesse contexto ocorreram, desde o início de sua campanha presidencial, movimentações contrárias ao bolsonarismo que o elevaram a um movimento fascista. Essa movimentação, tocada pela esquerda e agora apoiada por parcelas da direita e do centro, toma o proletariado de refém em um jogo dicotômico no qual nenhum dos lados

é o seu. À esquerda querem lhe convencer (o proletário) de que o mais terrível dos fascismos instaurou-se no país e sua participação nas urnas e nas passeatas são sua arma de resistência contra a opressão. À direita martelam dia e noite que os comunistas tomaram o país e faz-se necessário combatê-los em todas as esferas, caso contrário há de se perder a propriedade pessoal, a família e a moral. O proletariado brasileiro, submetido a brutal exploração de um país de capital subordinado, encontra-se preso a esta falsa realidade em que tudo o que existe são os dirigentes de esquerda e os dirigentes de direita.

É necessário romper com esta lógica de olhar apenas o horizonte imediato, no qual tudo que se enxerga são aqueles que possuem, no momento, as ferramentas de dominação. Não há espaço para, apenas por causa das emoções que surgem diante dos absurdos do governo, abrir mão dos nossos interesses históricos, de um horizonte que aponte para outra sociedade, um horizonte revolucionário. É preciso mais do que nunca manter a crítica o mais radical possível, sem desviar para concessões reformistas. Reconhecer os limites da consciência imediata do proletariado não significa negar o potencial concreto de sua elevação em classe autodeterminada (para-si) que será sempre uma possibilidade real enquanto existir capitalismo (consequentemente enquanto houver burguesia e proletariado). Cabe àqueles que defendem um projeto revolucionário justamente radicalizar e tencionar determinados setores, auxiliar na medida do possível o desenvolvimento deste processo. Isso inclui, também, abordar seu amigo e seu colega “antifascista” e dizer com todas as letras que ele está defendendo uma pauta conservadora. Não abrir mão da crítica¹⁶ e deixar claro quais os interesses por trás da ideologia do antifascismo, que é em última instância a manutenção da sociedade burguesa.

A luta contra o capital já é uma luta “antifascista”, na medida em que o fascismo é um fenômeno do capitalismo, mas ela também é uma luta “antidemocrática”. Os que

¹⁶ O que tem sido ultimamente um problema pertinente àqueles que defendem a perspectiva revolucionária. Para evitar rompimentos e desavenças muitos evitam realizar críticas pertinentes e extremamente necessárias. O tensionamento entre as frações político partidárias tem contribuído com este processo, há hoje um certo temor de se realizar críticas contra a “esquerda” ou contra os “socialistas” justamente por que o discurso dominante os colocaria como defensores do outro lado, do “fascismo”.

buscam reduzir os conflitos sociais de classe a um antagonismo entre democracia e fascismo o fazem para impedir um avanço da consciência revolucionária do proletariado. É o capitalismo, este modo de produção que colonizou cada canto do planeta terra, que deve ser combatido e superado. As condições históricas para sua superação estão dadas, são possibilidades reais no horizonte futuro que dependem apenas das ações concretas de homens e mulheres que compõem o proletariado e o bloco revolucionário.

Há muito Marx já havia posto que: “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX, 1998, pg. 12). Nosso interesse não é manter este comitê nem lutar pelos assuntos comuns da burguesia. Nosso interesse é de superar por completo essa sociedade, de instaurar a autogestão social. Tal superação não irá ocorrer trocando-se os políticos e partidos que fazem a gestão do estado. Pode-se eleger quantos “comunistas” forem à presidência da república, quantos partidos “dos trabalhadores” houverem no congresso e no senado. Como bem observou Pannekoek:

A democracia política é o elemento que estes chefes se sentem como peixe em água, na qual podem participar na direção dos assuntos como porta-vozes da classe operária, na qual podem discutir e opor-se aos seus adversários no seio do parlamento, ou em torno de uma mesa de conferências. O que estes chefes aspiravam não era o controle da produção pelos trabalhadores e a expropriação ou despojo legal dos capitalistas, mas sim por colocarem-se, eles mesmos, na frente do Estado e da sociedade, a substituir os funcionários aristocratas e capitalistas (PANNEKOEK, 2010, pg. 38).

A autogestão social, o autogoverno dos produtores (MARX, 2011) ou a sociedade de produtores livremente associados (MARX, 1985), é um caminho que deverá ser trilhado pelo próprio proletariado autodeterminado, em conjunto com outras classes inferiores e indivíduos das classes dominantes que abandonam seus interesses de classe originais. É um processo de extrema radicalidade e ruptura completa com a antiga sociedade. O proletariado, ao expropriar os meios de produção e autogerir a atividade produtiva, abole as relações capitalistas de produção. Como consequência deixam de existir o Estado, a propriedade privada, a divisão social do trabalho e as próprias classes sociais. Tal é o objetivo do proletariado revolucionário: a abolição total das relações capitalistas e a instauração de uma sociedade autogerida pelos indivíduos que a compõe.

Considerações Finais

Como poderia, então, um revolucionário perder-se em defender os interesses de burocratas que discordam sobre detalhes administrativos do estado burguês? Seria possível imaginar um cenário onde essa ruptura radical com a sociedade capitalista estivesse aliada a projetos tão pobres de mudança? Como poderia o proletariado elevar-se em classe autodeterminada enquanto pede o impeachment de Bolsonaro por falta de decoro? Por não respeitar as instituições democráticas? Por não respeitar a constituição? Imagine a classe proletária realizando greves selvagens de ocupação ativa enquanto pede pelo respeito às leis burguesas. A revolução demolindo o estado enquanto luta pela permanência de ministérios, do “multipartidarismo”. Há mais de 80 anos o Grupo Comunista Internacionalista da Holanda (GIKH) já advertia:

Nenhum tipo de unidade é possível com concepções socialdemocratas, que deixam o poder nas mãos do Estado burguês, enquanto os operários vão para a guerra. Cada esquecimento leva ao retrocesso, e os pensadores revolucionários tomaram como ponto de partida a palavra de ordem: “Todo poder ao proletariado”. Quando a classe está organizada numa luta revolucionária, então acontece que se ela entregar o poder a um Governo de Frente Popular, mesmo permanecendo com as armas, todos os poderes são exercidos por tal governo (GIKH, 2014, pg. 175).

A radicalidade do projeto revolucionário não é mero detalhe que pode ser alterado hora sim hora não, como se fosse possível defender a revolução social nos fins de semana e na segunda-feira defender as instituições que a combaterão com toda força, quando ela ocorrer. Aqueles que almejam com sinceridade outra sociedade, mas que partem para defender a democracia contra o “fascismo”, para lutar por *impeachments* e candidaturas, devem ter em mente do que abrem mão ao fazê-lo. Fascismo e democracia, ou mais precisamente ditadura e democracia, são faces da mesma sociedade, a sociedade capitalista. Ambas perpetuam a ditadura burguesa¹⁷. Lutar para defender a democracia é lutar para manter a exploração capitalista, para manter o proletariado em sua condição de servidão. Lutar pela democracia (ou lutar “contra o fascismo”) é, em última instância, lutar contra a emancipação humana.

¹⁷ O termo ditadura, devido a disputa histórica em torno de seu uso, pode assumir significados distintos. Aqui está sendo usado com o significado de ditadura de classe, entendendo-se o domínio da burguesia sobre as demais classes sociais. A ditadura burguesa pode ser oculta, quando assume seu aspecto “democrático”, ou aberta, quando assume seu aspecto “autoritário”. Sobre essa questão ver Viana (2003).

Referências

- BARROT, Jean. O antifascismo é o pior produto do fascismo. *Marxismo e Autogestão*. Goiânia: ano 02, N. 04, jul./dez. 2015, pg. 125-130. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9gbarrot4/330>> Acesso em 24/07/2020.
- GIKH, Grupo Comunista Internacionalista da Holanda. Revolução e contrarrevolução na Espanha. *Marxismo e Autogestão*. Goiânia: ano 01, N. 02, jul./dez. 2014, pg. 169-187. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/18gikh2/124>> Acesso em 15/07/2020.
- MAIA, Lucas. A burocracia escolar. In: SILVA, José Santana da; BRAGA, Lisandro; MAIA, Lucas. *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos: Pedro & João, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A guerra civil na França*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Martins Fontes. 1ª Ed. São Paulo, 1989.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2ª ed. 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATTICK, Paul. “As barricadas devem ser removidas”: o fascismo de Moscou na Espanha. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 11, N. 20, jul/dez. 2016, pg. 33-40. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/viewFile/1008/877>> Acesso em 15/07/2020.
- PANNEKOEK, Anton. A democracia. *Revista Enfrentamento*. Goiânia, N. 08, Jan./Jul. 2010, pg. 35-40. Disponível em <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/873/pdf_48> Acesso em 20/07/2020.
- TELES, Gabriel. Marxismo Autogestionário e Leninismo: Oposição ou Antagonismo? *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 14, N. 24. 2019, pg. 117-119. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/1065/906>> Acesso em 15/07/2020.
- VIANA, Nildo. Blocos sociais e luta de classes. *Revista Enfrentamento*. Goiânia ano 10, N. 17, jan/jul 2015, pg. 07-44. Disponível em <<https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/960/830>> Acesso em 20/07/2020.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. A dinâmica da luta institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O que é fascismo?* Disponível em <<https://informecritica.blogspot.com/2018/10/o-que-e-o-fascismo.html>> Acesso em 15/07/2020.

VIANA, Nildo. O significado histórico da classe burocrática. *Revista Enfrentamento*. Goiânia: ano 13, N. 23, jan./jun. 2018. Disponível em <https://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/download/2viana23enf/pdf_1> Acesso em 24/07/2020.